

Armas nucleares e a intervenção divina



UN Photo/H Arvidsson

Sergio Duarte

Embaixador, ex-Alto Representante das Nações Unidas
para Assuntos de Desarmamento.

2014

Armas nucleares e a intervenção divina

Sergio Duarte

**Embaixador, ex-Alto Representante das Nações Unidas
para Assuntos de Desarmamento.**

2014

Capa | Equipe das Nações Unidas realiza inspeções destinadas à eliminação de armas químicas, biológicas e nucleares do Iraque.

O autor é responsável pelas opiniões expressas neste documento e elas não refletem as opiniões do CEBRI. Texto recebido em 22 de agosto de 2014.

Mais publicações em cebri.org



Desde meados da década de 1990 os esforços multilaterais no campo do desarmamento têm sido infrutíferos. No passado, a Conferência do Desarmamento, sediada em Genebra, negociou com êxito instrumentos internacionais importantes, como a Convenção de Proibição de Armas Químicas e o Tratado de Proibição Abrangente de Ensaios Nucleares. No órgão antecessor, denominado Comitê das Dezoito Nações sobre Desarmamento, foi debatido o projeto do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), enviado em seguida à Assembleia Geral das Nações Unidas, que o recomendou à assinatura dos Estados. O TNP acabou por tornar-se o texto fundamental do regime internacional de não proliferação.

Durante as duas últimas décadas, no entanto, a Conferência do Desarmamento, estabelecida em 1979 pela I Sessão Especial da Assembleia Geral dedicada ao Desarmamento com mandato negociador específico, não logrou acordo sequer sobre um programa de trabalho. Nos anos recentes, os resultados das sessões anuais da Primeira Comissão da Assembleia Geral e da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas têm sido igualmente decepcionantes. Não foi possível obter acordo sobre nenhum dos temas principais debatidos nesses órgãos.

Em contraste, os esforços para conter a proliferação de armas nucleares podem ser considerados em grande parte satisfatórios. Após o início da proliferação dessas armas, em 1945, somente nove Estados, até o momento, se dotaram de armamento atômico. Um país desmantelou voluntariamente suas armas nucleares e três outros renunciaram à opção nuclear bélica, desfazendo-se de seus arsenais. Esses quatro aderiram ao Tratado de Não Proliferação na qualidade de Estados não nucleares. Até o momento, todos os 189 países não nucleares membros desse instrumento têm cumprido as obrigações assumidas no Tratado. Desde que a República Popular da Coreia anunciou sua retirada do TNP, nenhum outro país fez o mesmo. Somente quatro Estados não aderiram a esse instrumento. Em várias regiões do mundo foram estabelecidas zonas livres de armas nucleares que abarcam 113 Estados, além da Mongólia.

Evidentemente, os esforços para atingir o desarmamento nuclear se encontram dolorosamente em atraso. Os dois Estados possuidores dos maiores arsenais anunciaram reduções em suas forças nucleares. Os cortes mais recentes deverão estar completos em 2018, embora não exista um sistema independente de verificação para confirmar os resultados

apregoados. Ao mesmo tempo, porém, esses Estados continuam a dedicar vastos recursos tecnológicos e financeiros a fim de “modernizar” suas armas e recusam-se a aceitar obrigações irreversíveis, verificáveis e juridicamente vinculantes para eliminar o armamento nuclear. Os possuidores menos significativos se mostram igualmente reticentes em aceitar compromissos semelhantes e todos os nove Estados nucleares continuam a argumentar que seus arsenais atômicos são essenciais para sua própria segurança.

Houve também progressos no que respeita à segurança de materiais nucleares, a fim de impedir sua aquisição e uso por atores não estatais, embora ainda seja necessário avançar nesse caminho.

Enquanto isso, organizações da sociedade civil se empenham em debates sobre as catastróficas consequências humanitárias de quaisquer detonações nucleares como base para uma proibição imediata da produção, posse e uso de armas nucleares. O amplo apoio recebido por esse esforço, no entanto, foi considerado uma “distração” pelos países nuclearmente armados, que continuam a advogar um método “passo a passo”, especialmente por meio de propostas como a de um “corte” na produção de matéria físsil para

fins bélicos, enquanto seus vastos estoques permaneceriam intactos. Muitos países não nucleares argumentam que aquela medida seria irrelevante e redundante, pois tal produção já se encontra proibida para eles por força do TNP, mediante verificação pela Agência Internacional de Energia Atômica. Na opinião desses países, o “corte” simplesmente aprofundaria o fosso entre possuidores e não possuidores, além de aumentar as restrições sobre a indústria nuclear pacífica, sem qualquer vantagem para o desarmamento nuclear.

Apesar da auspiciosa adoção de um Plano de Ação na Conferência de Exame do TNP em 2010, as perspectivas para a próxima reunião dos Estados-Parte desse Tratado, em 2015, parecem sombrias. Enquanto prossegue o impasse nos órgãos multilaterais de desarmamento, não houve avanços no importante tema da convocação de uma Conferência para o estabelecimento de uma zona livre de armas de destruição em massa no Oriente Médio. Devido à deterioração da situação política nessa região há poucas esperanças de solução até o momento da nova reunião das partes do TNP, em maio próximo. Ao mesmo tempo, os acontecimentos na fronteira leste entre a Ucrânia e a Rússia provocaram grave deterioração do clima

político entre os países ocidentais e Moscou, comprometendo drasticamente as possibilidades de progresso em acordos de redução de armamentos na esfera bilateral, para não falar dos órgãos multilaterais. A perspectiva de aceleração da corrida armamentista no Extremo Oriente e no Pacífico também desperta a atenção de governos e observadores.

A preocupação decorrente dessa situação parece haver inspirado uma reputada instituição dedicada a estudos sobre desarmamento e não proliferação a lançar um concurso em busca de sugestões e propostas capazes de facilitar o progresso. Não se pode saber se essa iniciativa produzirá ideias novas e originais, mas o esforço será útil. É relevante, nesse contexto, recordar as palavras do general Lee Butler, ex-Chefe do Comando Estratégico (Stratcom) dos Estados Unidos, cuja função é gerenciar as armas e a estratégia nuclear. Há vinte anos, escreveu ele que até aquele momento a humanidade sobrevivera à era nuclear “devido a uma combinação de competência, sorte e intervenção divina, e creio que esta última em maior proporção”. Essas palavras soam assustadoras ainda hoje.

A atual estagnação dos esforços de desarmamento acima descrita traz consigo a ameaça de aceleração da corrida armamentista e de proliferação de armas de destruição em massa. A raça humana não pode permanecer por mais tempo refém de doutrinas de dissuasão nuclear que contemplam o uso de armamento atômico até mesmo contra países que dele não dispõem. Já é tempo de que a humanidade passe a confiar no bom senso mais do que na ajuda divina.